

## **RESUMO DIDACTICO. ESCOLANOVISMO, HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL DOS ANOS 1920**

Rui Aniceto Nascimento Fernandes – UERJ/BN

A Coleção Resumo Didático foi publicada pela Companhia Melhoramentos, entre 1918 e 1932. Esta coleção configurou-se com um projeto editorial, vinculado aos princípios da Escola Nova, de renovação do ensino de história, no Brasil, a partir das histórias regionais. Para tal empreendimento foram arregimentados expoentes da historiografia nacional e/ou regional. Nesse sentido, esta pesquisa, ainda em andamento, pretende compreender a associação dos princípios escolanovistas e o ensino de história assim como a historiografia de então engaja-se nesse projeto.

### **Educação, livros e historiografia em princípios do século XX**

As três primeiras décadas do século XX se configuraram como um momento de intensas discussões sobre os destinos do Brasil. Intelectuais, de matizes diferentes, questionavam o modelo socioeconômico e político vigente no país. A República recém instaurada era questionada por não desenvolver ações de (re)conhecimento e valorização da cultura brasileira. No âmbito educacional, às vésperas das comemorações do primeiro centenário da independência do país, identificava-se um quadro estarrecedor. Mais de 80% da população era analfabeta. Além da crítica à ausência de uma rede escolar que atendesse a população questionava-se os métodos e práticas pedagógicas. Influenciados por filósofos e pedagogos norte-americanos e europeus, um grupo de intelectuais propõe a reestruturação da rede escolar e de seus métodos seguindo os princípios da Escola Ativa também chamada de Escola Nova. Os estudos existentes sobre o movimento priorizam as Reformas Educacionais, promovidas nas gestões dos Departamentos da Instrução Pública, ou a identificação das novas propostas metodológicas para a instrução primária e para a formação de professores. Pouco se discute as interações entre tais propostas e os saberes curriculares, especialmente no campo do ensino de história. A coleção Resumo Didático, editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, entre 1918 e 1932, conforma uma proposta inovadora para o campo do ensino de história por propor que esta disciplina fosse ensinada a partir das histórias estaduais. Ideia inspirada no princípio da experiência próxima, concreta e significativa dos educandos. Para a



concretização desse projeto foram convidados historiadores consagrados regional ou nacionalmente. Nesse sentido, essa coleção permite a reflexão sobre a relação entre os cânones da escrita da história e as inovações propositivas do escolanovismo. O conjunto de fontes que estão sendo utilizados nesta pesquisa encontram-se no acervo da Biblioteca Nacional, especialmente dos setores de Obras Gerais e de Periódicos, e, por isso foi contemplado com a uma bolsa do Programa de Apoio à Pesquisa na Biblioteca Nacional.

\*\*\*

Não é de hoje que a educação brasileira está na pauta do dia. Crônicos são os problemas no que se refere à estrutura das escolas, a baixa remuneração dos professores, aos métodos e técnicas de ensino, as relações entre a escola e a comunidade, entre outros. É este quadro que leva profissionais de diversos matizes a refletir e propor ações que transformem essa realidade. A par da demanda social por melhorias na educação, os campos disciplinares vêm investindo em uma reflexão diagnóstica sobre o ensino nas escolas e sobre alternativas para sua melhoria. Nos últimos 30 anos, por exemplo, a área do Ensino de História vem ocupando um lugar crescente entre as discussões dos historiadores, com a configuração de seminários específicos e linhas ou programas de pós-graduação dedicados ao tema. A articulação com as teorias pedagógicas e com a teoria da história vem configurando a área de Ensino de História como uma área de fronteira e adensando as discussões aí promovidas (MONTEIRO; PENNA, 2001; CAIMI, 2000). A reflexão sobre o papel da história na escola e sobre a renovação de sua didática não é algo exclusivo de nosso tempo e vem se configurando como um instigante problema para os estudiosos (FONSECA, 2006; BITTENCOURT, 2004). A história do ensino de história é um capítulo importante da história da história, ou da historiografia, pois nos permite pensar aspectos da configuração desse campo disciplinar e dos usos do passado na conformação da consciência histórica ao longo da história (RÜSEN, 2001).

### **O movimento reformista da Escola Nova**

As primeiras iniciativas de modernização da esfera educacional no Brasil Republicano remetem ao movimento das reformas da instrução pública promovidas em diferentes estados do país. Ao analisar esse conjunto de reformas em estudo clássico, Jorge Nagle (NAGLE, 1974) faz referência à chamada “política dos estados” responsável pela aglutinação das forças estaduais na sustentação do governo federal, e, no plano da educação, pela adoção de um conjunto de medidas coordenadas no sentido da organização dos sistemas escolares estaduais, expressando a força política das lideranças de determinadas unidades federadas. O movimento das reformas da instrução pública ocorrido nos estados brasileiros ao longo da Primeira República expressa com clareza a liderança exercida pelo grupo paulista na condução da política nacional o que, no âmbito da educação, verificou-se com a repercussão



alcançada pelo modelo de reforma educacional implementado no estado de São Paulo, em 1920 (CARVALHO, 1989; ARAÚJO, VIDAL, MIGUEL, 2011).

Jorge Nagle divide em duas fases o movimento das reformas da instrução pública ocorridas durante a Primeira República (NAGLE, 1974: 192): uma primeira, inscrita nos três primeiros decênios do regime republicano, insuficiente para mudar a fisionomia dos sistemas escolares de então e, uma segunda fase, iniciada na última década da Primeira República, que se distingue da primeira fase por trazer à tona o desenvolvimento de uma discussão doutrinária e também a realização de novos padrões de cultura e de ensino. Nesse sentido, justifica-se a denominação da primeira fase como um ciclo reformista em oposição à segunda fase que demarcaria, segundo o autor, um movimento remodelador, no qual se evidencia a incorporação e o aperfeiçoamento dos instrumentos técnico-pedagógicos e administrativos elaborados pelas reformas anteriores. A reforma mineira inaugura o segundo ciclo no movimento de reorganização da instrução pública. Isso porque a reforma mineira promoveu o salto entre as posições doutrinárias associadas ao republicanismo e à democracia para o desenvolvimento de muitos dos aspectos doutrinários provenientes do ideário da Escola Nova. A inversão operada na relação que passou a se estabelecer entre os princípios políticos gerais relacionados ao republicanismo e à democracia e os aspectos técnico pedagógicos trouxe como consequência, dentre outras, a predominância do aspecto técnico sobre o político na discussão e encaminhamento de soluções dos problemas educacionais. Nessa linha, a reforma paulista foi como aquela que apresentou maior fidelidade aos princípios doutrinários de natureza republicana e democrática, haja vista que o reformador colocava-se não como um técnico, mas, sim, como um pensador voltado para problemas de natureza extra-escolar. Em contrapartida, iniciava-se, já no final da década de 1920, a incursão dos chamados especialistas em educação, que procuravam, gradativamente, deslocar o caráter eminentemente político da obra educacional com o emprego de argumentos técnico-pedagógicos (NAGLE, 1974: 211). Sem dúvida, ao final da década de 1920, a natureza do discurso dos reformadores sofreu uma inflexão que imprimiu um significado mais técnico e especializado aos argumentos utilizados para justificar as medidas determinadas pelos planos de reforma da instrução pública.

### Livros para a escola renovada

A Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada) publicou, entre 1918 e 1932, uma série de livros escolares intitulada “Resumo Didactico”. Cada título dedicava-se à história de um estado brasileiro e a sua leitura era proposta aos alunos das Escolas Normais e aos professores das escolas primárias.<sup>107</sup>

---

107 Foram editados os seguintes títulos, que constam do setor de Obras Gerais da BN: *História de São Paulo* (1918), de Rocha Pombo; *História de Minas Gerais* (1926), de Lúcio José dos Santos; *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1928), de Max Fleiuss; *História do Estado do Rio de Janeiro* (1928), de Clodomiro de Vasconcelos; *História da Bahia* (1929), de Pedro Calmon; *História do Paraná* (1929), de Rocha Pombo; *História de Santa Catarina* (1930), de Lucas Boiteux; *História de Alagoas* (1930), de Craveiro Costa; *História do Ceará* (1931), de Cruz Filho; *História do Pará* (1932), de Teodoro Braga; *História de Pernambuco* (s.d.), de Mário de Mello; *História do Rio Grande do Sul* (s.d.), de Doca Sousa.



A publicação de livros didáticos é diretamente proporcional à rede escolar estabelecida no país. Uma boa parte dos compêndios e manuais didáticos durante o século XIX era importada, seja em língua estrangeira, seja em português impresso fora do país. Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a fazer da produção escolar o principal filão de seu negócio. Até então, o mercado escolar era muito incipiente para justificar a concentração das atenções de um editor. Entre a Proclamação da República, em 1889, e o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a matrícula na escola primária quintuplicou, saindo de 250 mil para um milhão duzentos e cinquenta mil estudantes (BRAGANÇA, 2000; HALLEWELL, 1985).

A Companhia Melhoramentos foi constituída, em 1890, com a finalidade de produzir papel. Em 1920, que se funde com a Weiszflog Irmãos, que já vinha atuando desde 1909 com materiais didáticos. A série *Biblioteca Infantil*, iniciada em 1915, foi um grande sucesso editorial. Logo em seguida, a editora produziu obras de História, através do bom relacionamento de J. Alves Dias com os reconhecidos autores dessa área: Rocha Pombo, Oliveira Lima e Affonso d'Escragnole Taunay (DONATO, 1990). A produção didática do consórcio se eleva de 51 mil, em 1916, para 344 mil exemplares, em 1922. Nos anos 1920, a Companhia Melhoramentos de São Paulo consolidou-se nos meios educacionais paulistas (RAZZINI, 2007). Além das cartilhas e de obras para as variadas disciplinas específicas, a editora passa a publicar, a partir de 1921, a Revista Nacional, com artigos escritos por algumas lideranças do movimento renovador da escola e da educação no Brasil: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, entre outros. (OLIVEIRA, 2006)

A estratégia de comercialização dos livros escolares, em um mercado em expansão, levou a Editora a criar uma publicação anual com o objetivo de divulgar as suas obras. *Reabertura das aulas: livros didáticos e material escolar* circulou entre professores e diretores de escolas em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Analisar as estratégias editoriais é um aspecto importante na análise das obras específicas. Isso vale especialmente se estamos considerando livros didáticos cuja penetração no mercado depende, em grande medida, dessas mesmas estratégias (CHARTIER, S/D., ABREU, 1999; MUNAKATA, 1997; SILVA, 2014). A editora, e suas práticas, constitui um dos *lugares* de produção do conhecimento histórico escolar. (CERTEAU, 1982)

Lourenço Filho, consultor da Companhia Melhoramentos, teve importante papel nesse projeto editorial pois revisava os textos da editora. Os livros de história regional, objetos desse projeto, foram elaborados para uma escola primária em grande transformação e ebulição. Nem seus autores, nem a Editora Melhoramentos, vide consultoria de Lourenço Filho, estão alheios a este movimento. Um dos objetivos desse projeto, ao analisar essas obras, é perceber como editora e seus autores estão dialogando com o escolanovismo. Neste sentido, propomos que há uma forte ligação entre escolanovismo e história regional. A ênfase nos métodos experimentais, isto é, estimuladores do aprendizado individual, concreto e progressivo, ancorado na experimentação do aluno (REZNIK, 1992).<sup>108</sup>

---

108 Para as atuais discussões nas ciências sociais acerca do status da localidade como construtora de sentidos para a existência consultar o trabalho de Alain Boudin (BOUDIN, 2001).



## História regional e ensino de História

Os prefácios dos livros de Pedro Calmon, Lucas Boiteaux e Rocha Pombo, da coleção *Resumo Didactico* apontam para tópicos recorrentes no debate da historiografia e do pensamento social brasileiro, especialmente as relações entre a “pequena pátria” e a “grande pátria”. Esses autores explicitam que a região/estado e a nação são entidades complementares. Não por outra razão, *harmonia, amor e instinto* são palavras chaves para ligar os conceitos polares torrão/pátria, estado/União, Bahia [Santa Catarina/São Paulo]/ Brasil. Rocha Pombo desenvolve um *continuum* entre família, comuna, Estado [e Nação].

Nação e nacionalismo são temáticas caras para o pensamento social mundial há, pelo menos dois séculos. No século XIX, esse debate esteve centrado no campo político- institucional, onde se associou o Estado à nação, concepção essa que se arraigou no senso comum. Os atuais processos de globalização e mundialização política e econômica imprimem novos contornos à questão. Benedict Anderson ressalta a ampliação do conceito incorporando questões étnicas, religiosas e de gênero, que teriam suscitado lutas pelo reconhecimento de suas particularidades e por direitos legais de minorias (ANDERSON, 1989 E 2000). Foi durante o século XIX que se consolidou a ideia de nação associado à de um Estado com limites territoriais definidos e governo centralizado, configurando o Estado- nação (HOBBSAWN, 1990; HERMET, 1996). A constituição de nações era tida como um sinal de progresso. Sob a ótica dos dirigentes políticos do século XIX, os particularismos tenderiam a desaparecer ou a se metamorfosear em sobrevivências de um período precedente. A pequena pátria poderia conviver com a grande pátria desde que não a colocasse em xeque, isto é, não poderia haver choque de fidelidade e lealdade. Desde então, nas experiências dos vários estados-nação, as expressões localistas e nacionalistas irão configurar arranjos e configurações variáveis no plano político e cultural.

A dimensão continental brasileira suscitou nos últimos duzentos anos, estudos sobre experiências locais, quer sejam sob o recorte do município, quer sejam sobre os estados da federação (ou as províncias do Império), ou sobre as regiões (o “nordeste”, o “sul” etc.), no seu recorte geográfico, econômico, ou propriamente como uma construção historiográfica. Ainda está para ser inventariado esse leque de estudos, de forma a podermos ter a dimensão do que, quando e como foi produzido.

O lugar conferido à história regional nos currículos escolares é um dos objetivos de investigação desse projeto, a ser desenvolvido nos seguintes aspectos: qual a relação entre a produção da série “resumo didático” da Editora Melhoramentos e a produção historiográfica didática precedente? Quanto inovador pedagogicamente (texto e ilustração) se configura esses livros em relação aos anteriores e aos seus concorrentes? Como se escreve a história regional, nesse momento, em cada estado?



## Historiadores e autores de livros didáticos

Qual a relação que se estabelece – e se estabeleceu ao longo da história – entre a historiografia acadêmica e a historiografia escolar, entendida a primeira como o conjunto dos conhecimentos produzidos e narrativas difundidas a partir da pesquisa realizada nas universidades e centros de pesquisa; e a última como o conjunto conhecimentos e narrativas voltadas para o público escolar?

Desde o século XIX até os dias atuais historiadores avalizados academicamente - isto é, reconhecidos pelas instituições prestigiadas em sua época como produtores de conhecimento histórico -, escreveram livros escolares. Nesse sentido, para uma história da historiografia escolar, demonstrou-se falsa a hipótese de que a suposta defasagem fosse produto de uma divisão de trabalho entre especialistas e divulgadores.

Rocha Pombo, Max Fleiuss, Pedro Calmon, Clodomiro de Vasconcelos, Lúcio José dos Santos, Lucas Boiteux, Craveiro Costa, Cruz Filho, Teodoro Braga, Mário de Mello, Doca Sousa, autores dos livros da série *Resumo Didático*, foram historiadores do seu tempo. Eram filiados ao respectivo Instituto Histórico e Geográfico de seu estado e, uma parte deles, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os Institutos, desde a criação do IHGB, em 1838, e dos respectivos estaduais, ao longo do século XIX e início do século XX, eram os principais locais de debate sobre a produção historiográfica no país.

Ao que parece, segundo informações recolhidas de alguns dos prefácios dos livros em análise e da História da Companhia Melhoramentos (DONATO, 1990), os outros autores foram indicados por Afonso d'Escragnoille Taunay, Oliveira Lima e Oliveira Vianna. A historiografia do início do século XX, que tem em Oliveira Lima e Oliveira Vianna expoentes significativos, começa a deslocar chaves interpretativas ancoradas nos determinismos geográficos e raciais, tendo em vista enfatizar a compreensão das características intrínsecas à sociedade brasileira, por meio de sua história e dos valores culturais e políticos que a constituíram. (BRESCIANI, 2005; GOMES, 2005; GOMES 1996, SOUZA, 1996; OLIVEIRA, 1990; SALIBA, 2000)

Essas esparsas informações nos permitem supor que a editora investiu na escolha de autores que estivessem sintonizados com a produção historiográfica contemporânea. Nesse particular, interessa-nos analisar os parâmetros epistemológicos presentes nessa produção, ou seja, o sentido da História, sua forma narrativa, os seus temas e seus métodos. A esse respeito, precisamos ir além e nos indagarmos a respeito das relações estabelecidas entre região e nação, entre a história regional e a história nacional.

Nesse sentido, essa pesquisa trilha em duas direções: a) analisar as relações entre o escolanovismo e o ensino de história na década de 1920; e) investigar como os princípios escolanovistas influenciaram na produção da história escolar.

Para tanto temos analisado como a proposição do método ativo, com a defesa de novas técnicas didático-pedagógicas, busca renovar as concepções sobre o ensino dos saberes escolares. No que tange ao ensino de história a defesa de uma



pedagogia que se aproprie das experiências dos alunos e do concreto levaram a valorização da história local levando a demanda de produção de livros com esse enfoque para as escolas. Por outro lado, temos levantado como os princípios escolanovistas influenciaram na produção da história escolar inserindo-a na cultura política desses locais. Por fim, vimos identificando as características da historiografia sobre os estados. Defendemos que a produção historiográfica associa os princípios escolanovistas, propondo uma pedagogia da história regional, associando-se às concepções historiográficas em voga no período.

### **Cultura política e memória**

O conceito de cultura política incorpora sempre uma leitura do passado – histórico, mítico, ou ambos -, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado (BERNSTEIN, 1998; GOMES, 2005). Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é buscar compreender como uma certa interpretação do passado (assim como, do presente e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais, tanto através da produção historiográfica, como através da cultura histórica escolar, que inclui a produção de materiais didáticos, a elaboração de – livros de leitura, a criação de legislação relativa ao ensino da história. Nesse sentido, a incorporação do ensino de história como campo de estudos para o historiador do político pode ser considerada como um movimento inovador, visto que as pesquisas sobre esse assunto são tradicionalmente desenvolvidas no campo educacional. Não é demais lembrar que o estudo do passado ou das relações com o tempo é constitutivo das práticas historiográficas em diferentes épocas. A historiografia tem chamado a atenção para a existência de um renovado interesse pela temporalidade no mundo contemporâneo, assim como, pela história da própria historiografia (HARTOG, 2003; MALERBA, 2006), pelas relações entre história e memória (CATROGA, 2001), pelas comemorações e rememorações (HARTOG, 1996; NORA, 1993; RODRIGUES, 2002) e pela construção de patrimônios (nacionais ou da humanidade, materiais e imateriais) e monumentos (ABREU E CHAGAS, 2003). Enfim, interesse por fenômenos capazes de expressar diferentes modos de lidar com o tempo ou promover usos do passado. Uma das causas da multiplicidade de estudos sobre a relação entre história e memória relaciona-se ao fato de que a memória é um tema que interessa a diferentes áreas, como a psicologia, a filosofia, a neurologia, a literatura, a sociologia, a história... Todos têm algo a dizer sobre a memória (HALBWACHS, 1990). Atualmente, é bastante difundida a ideia de que a memória é fator de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua (re)construção de si, podendo ser negociada. Não se trata de um fenômeno que deva ser compreendido como essência de uma pessoa ou de um grupo, mas de um valor disputado em conflitos sociais e intergrupais (POLLAK, 1992 E 1989; VELHO, 1988; PORTELLI, 2001).



Um aspecto frequente na reflexão dos historiadores sobre a memória diz respeito ao estabelecimento das diferenças entre ela e a história. A historiografia do século XIX consolidou a separação drástica entre história e memória ao afirmar que a primeira começa onde termina a segunda. Para tanto, foi preciso estabelecer que alguns materiais que servem de base para o conhecimento histórico são mais confiáveis do que outros. Entre os mais confiáveis estariam aqueles pertencentes aos arquivos escritos, sobretudo aqueles produzidos sob a chancela do Estado. Em decorrência disso, afirmou-se a existência de dois universos: o da história, apoiada em documentos escritos e objetivos; e o da memória, alimentada pela oralidade e pela subjetividade (HARTOG, FINLEY, 1989). De modo geral, defende-se a distinção radical entre memória e história afirmando que a primeira sacraliza as recordações, enquanto a segunda realiza uma operação intelectual crítica, com o objetivo de desmistificar e laicizar as interpretações, objetivando-as. Afirma-se que os pressupostos epistemológicos da memória e da história seriam absolutamente distintos, pois a história buscaria a exatidão das suas leituras, enquanto a memória se contentaria com o verossímil, sendo que sua retrospectiva estaria submetida às emoções do sujeito que lembra. Apoiando-se em julgamentos subjetivos, a memória seria distinta da história, mais interessada em explicar e compreender, com base na separação entre sujeito e objeto (CATROGA, 2001; LE GOFF, 1990). Os problemas surgem quando se observa que muitas das características apresentadas como sendo típicas da memória, tais como: a seleção, o finalismo, o presentismo, a verossimilhança, a representação etc., também podem ser observadas no discurso historiográfico. Isso se for considerado que a escrita da história, hoje, não está restrita à busca de explicações causais, à visão linear, acumulativa e homogênea. Em suma, como afirma Fernando Catroga, a historiografia contemporânea também considera a existência de temporalidades múltiplas e rejeita o vazio entre o sujeito-historiador e seu objeto, matizando as pretensões à verdade total. Também se admite que a escrita da história se constrói a partir de traços e representações que visam situar, na ordem do tempo, algo que sabidamente existiu, mas que não existe mais. Tal enfoque se opõe à concepção cientificista da história (base para a afirmação da diferença entre história e memória), por compreender que a historiografia, —apesar de falar em nome da razão, se edifica, voluntária ou involuntariamente, sobre silêncios e recalcamientos (CATROG, 2001).

Em geral, se pode dizer que explorar os usos do passado significa analisar de que maneira a memória, ao combinar – por meio de um discurso – uma realidade pensável e sua origem, ajuda a compreender o modo através do qual um indivíduo ou uma coletividade percebe e expressa aquilo que pensa que é, ou o que gostaria que fosse (LE GOFF, 1990: 52-76).





## Eixos analíticos

Para o desenvolvimento desta pesquisa estão sendo analisadas os livros didáticos da série Resumo Didático através dos quatro eixos:

1) Editoras e livros didáticos: analisar as estratégias editoriais é um aspecto importante na análise das obras específicas, especialmente se estamos considerando livros didáticos cuja penetração no mercado depende, em grande medida, dessas mesmas estratégias. Para tal será consultado o Arquivo da Companhia Melhoramentos, em São Paulo, é estratégico para esse objetivo pois é onde se encontram os periódicos dirigidos aos professores (*Reabertura das aulas: livros didáticos e material escolar*), contratos com os autores, além de eventual correspondência entre editora, consultores e autores.

2) Livros para uma escola renovada: esses livros de história regional foram elaborados para uma escola primária em grande transformação e ebulição. Um dos objetivos desse projeto é perceber como editora e seus autores estão dialogando com o escolanovismo, os novos métodos pedagógicos e as preocupações com a formação dos professores primários. Através da consulta à Coleção Resumo Didático e às outras obras dos seus autores e dos propugnadores da Escola Nova no Brasil: a) Sistematizar as metodologias de ensino que informam os livros em análise. B) Comparar essas metodologias com as propostas escolanovistas. C) Identificar a diversidade de propostas dos educadores modernos para o ensino de História na escola primária.

3) História regional e ensino de História: o lugar conferido à história regional nos currículos escolares é um dos objetivos de investigação desse projeto, a ser desenvolvido nos seguintes aspectos: qual a relação entre a produção da série “resumo didático” da Editora Melhoramentos e a produção historiográfica didática precedente? Quanto inovador pedagogicamente (texto e ilustração) se configura esses livros em relação aos anteriores e aos seus concorrentes? Como se escreve a história regional, nesse momento, em cada estado? Mais especificamente: a) Levantar a legislação educacional dos vários estados em análise (Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Pará, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Sul) de forma a identificar o lugar da história regional nos respectivos currículos das escolas primárias. B) Identificar os temas, conceitos históricos e formas narrativas nos livros didáticos.

4) Historiadores e autores de livros didáticos: interessa-nos analisar os parâmetros epistemológicos presentes nessa produção, ou seja, o sentido da História, sua forma narrativa, os seus temas e seus métodos. A) Mais especificamente, à luz da análise dos dados levantados no item anterior, será procedida uma avaliação do sentido conferido à história regional na sua relação com a historiografia sobre a nação.



## Bibliografia geral

ABREU, Márcia (org.), *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, 1999.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos* RJ: DP&A, 2003

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: Gopal Balakrishnan (Org). *Um mapa da questão nacional*. RJ: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Nação e consciência nacional*. SP: Ática, 1989

ANHEZINI, Karina. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: *Vária História*. BH. Vol. 21, n. 34, p. 474-483, julho de 2005.

ARAÚJO, José; VIDAL, Diana; MIGUEL, Maria (Orgs.) *Reformas Educacionais as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)*. SP: Autores Associados/EDUFU/FAPESP, 2011

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BITTENCOURT, Circe. Disciplinas escolares. História e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus; RANZI, Serlei (Orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil. Contribuição para o debate*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ensino de História*. SP: Cortez, 2004

\_. *Livro didático e conhecimento histórico. Uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História Social)*. SP: Universidade de São Paulo, 1993.

BOITEUX, Lucas. *História de Santa Catarina* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

BOUDIN, Alain Boudin. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, Teodoro. *História do Pará* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932.

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p. 451-476.

BRESCIANI, Maria Bresciani. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. SP: UNESP, 2005;

CAIMI, Flávia. O ensino de história em questão. In: *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Passo Fundo, vol. 2, n. 2., p. 09-17, 2000

CALMON, Pedro. *História da Bahia*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

CÂMARA, Sônia. A constituição dos saberes escolares e as representações da infância na Reforma Fernando de Azevedo In *Revista Brasileira de História da Educação* SP nº 8 204

CARVALHO, Martha. *A escola e a república*. SP: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Molde nacional e fôrma cívica*. Bragança Paulista: Edusf, 1998. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001

CERTEAU, Michel de: Um lugar, uma prática, uma escrita. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. RJ:



Forense, 1982

CHARTIER, Roger Chartier. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, S/d.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. Reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Revista Teoria & Educação. n. 2. 1990.

COSTA, Craveiro. *História de Alagoas* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930. CRUZ FILHO. *História do Ceará* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931.

DONATO, Hernani. *100 anos da Melhoramentos. 1890-1990*. São Paulo: Melhoramentos, 1990

FERNANDES, Rui. Um livro para contar a história fluminense. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo (Orgs.). *A escrita da história escolar*. RJ: FGV, 2009.

FINLEY, Moses. Mito, memória e história. In: \_\_\_\_\_. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 3-27.

FLEIUSS, Max. *História da Cidade do Rio de Janeiro* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

FONSECA, Thaís Nívia. *História & Ensino*. Autêntica 2006

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005;

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. RJ: Editora FGV, 1996;

\_\_\_\_\_. *História, historiografia e cultura política no Brasil*. In: BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria, SOIHET, Rachel (Orgs.). *Culturas políticas. Ensaio de história cultura, história política e ensino de história*. RJ: Mauad, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.

HARTOG, François. Tempo e História: Como escrever a história da França hoje? In: *História Social*. Campinas: Unicamp, n. 3, 1996.

\_\_\_\_\_. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. RJ: UFRJ, 2003.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HERMET, Guy. *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. SP: Contexto, 2006.

MELLO, Mário. *História de Pernambuco* São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

MONTEIRO, Ana; PENNA, Fernando. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 36, n. 1, p. 191-211, jan/abr. 2001.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos*. Tese de Doutorado. SP: PUC/SP, 1997.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. SP, PUCSP, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia. *A questão nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Marco Antônio de Oliveira. *Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1918-1936*. Tese de doutoramento. São Paulo: FEUSP, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social||. Estudos Histórico. RJ: FGV, (10):200- 212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. RJ: FGV, (3):3- 15, 1989.

OMBO, Rocha. *História de São Paulo*. São Paulo: Weiszflog Irmãos Incorporada, 1918.

\_\_\_\_\_. *História do Paraná São Paulo: Companhia Melhoramentos*, 1929.

PAULILO, André Luiz. Reforma Educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal na década de 1920. Dissertação (Mestrado em Educação). SP: USP, 2001.

PILLETTI, Nelson. *A Reforma Fernando Azevedo*. SP: FEUSP, 1982.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. RJ: FGV, 2001, p. 103-130.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). In: *Língua Escrita*, v. 1, 2007, p. 19-43.

REZNIK, Luís. *Tecendo o Amanhã (a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945)*. Dissertação de mestrado. Niterói: Departamento de História/ UFF, 1992.

RODRIGUES, Helenice de Souza. Rememoração/ comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. SP: ANPUH/ Humanitas, vol. 22, n.44, 2002

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SALIBA, Elias. Reinvenção da história. In: *Brasil-brasis: cousas notáveis e espantosas (Olhares Modernistas)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000

SANTOS, Lúcio José dos. *História de Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1926.

SILVA, Alexandra Lima da. Ensino e mercado editorial de livros didáticos em história do Brasil. RJ. 1870-1924. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2008.

\_\_\_\_\_. A carne do mercado. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, v. 14, n. 1 2014

SOUSA, Docca. *História do Rio Grande do Sul* São Paulo: Companhia Melhoramentos, s.d.

SOUZA, Octavio Tarquínio de. Prefácio. In: LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. RJ: Top-books, 1996.

VASCONCELLOS, Clodomiro. *História do Estado do Rio de Janeiro* São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1928.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Revista TB*. RJ, 95:119/126, out./dez., 1988.